

MY BEDROOM TURNED A CLASSROOM! HOUSE, JERRY-RIGS AND DODISCENCE IN THE COVID-19 PANDEMIC

Felipe Costa AGUIAR

Doutorando em Geografia Pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina (UEL). E-mail: felipeaguiar@id.uff.br

Antonio BERNARDES

Docente dos Programas de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (Unicamp) e em Geografia da UFSCar; Docente do Departamento de Geografia e Políticas Públicas da Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: antoniobernardes@id.uff.br

RESUMO

Objetivamos descrever as experiências da dodiscência durante o Ensino remoto emergencial (2020-2021), sendo ele a estratégia de funcionamento adotada pelas escolas devido ao isolamento social decorrente da pandemia de COVID-19. Metodologicamente, recorremos à descrição fenomenológica, que busca romper a atitude natural perante os fenômenos, voltando-nos rigorosamente para a experiência fáctica. Primeiro apresentamos as descrições da docência e depois as experiências discentes, para então, trazermos o cruzamento delas por meio da dodiscência. Concluímos que as precariedades da pandemia solaparam docentes e discentes, sendo a dodiscência uma possibilidade de abordar a complexidade desses impactos, que ainda precisam ser documentados e melhor explorados.

PALAVRAS-CHAVE: Aulas online; Escola; Ensino remoto emergencial; Trabalho docente; Precarização do trabalho.

ABSTRACT

We aimed to describe the experiences of dodiscence during Emergency Remote Teaching (2020-2021), which was the operating strategy adopted by schools due to the social isolation resulting from the COVID-19 pandemic. Methodologically, we resorted to the phenomenological description, which seeks to break the natural attitude towards the phenomena, rigorously turning to the factual experience. First, we present the descriptions of teaching and then the student experiences, so that we can bring them together through teaching. We conclude that the precariousness of the pandemic has undermined

¹ Artigo produzido no contexto do Projeto MobEx: "Mobilidades contemporâneas: transformações na experiência de casa e de rua a partir da pandemia" (CNPq n. 407325/2021-2), sediado no Laboratório de Geografia dos Riscos e Resiliência (LAGERR) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).



teachers and students, with dodiscence being a possibility to address the complexity of these impacts, which still need to be documented and better explored.

KEYWORDS: Online classes; School; Emergency remote teaching; Teaching work; Precarious work.

PORTA DE ENTRADA

A pandemia de COVID-19 causou inúmeras transformações em nosso modo de habitar o mundo, principalmente quanto à espacialidade humana. São muitos os relatos e as sequelas deixadas nas relações que mantemos com diferentes lugares durante o período pandêmico. Os espaços escolares e os espaços domésticos são apenas uma das possibilidades de reflexão a partir da situação existencial que

foi constituída nesse tempo.

Neste texto, tomamos a casa como lugar de reflexão e investigação, tensionando os sentidos de casa e sala de aula. Na casa, destacamos o quarto como um dos lugares mais íntimos e como ele foi se misturando com a sala de aula durante o período de Ensino remoto emergencial (2020 e 2021), estratégia utilizada para o funcionamento das escolas durante a quarentena e o isolamento social, ambos propostos como técnica de mitigação do contágio do vírus.

Ao remontar esse período, nos referimos a uma espacialidade articulada, em que não só os quartos foram transformados em salas de aula, mas em que docentes e discentes estavam implicados na mesma situação, a mescla de espaços escolares e casa.

Portanto, adotamos a dodiscência de Paulo Freire (2013; 2014) como dispositivo teórico para descrever como a pandemia foi vivida por docentes e discentes de modo particular e complexo. Em Freire (2013; 2014), a dodiscência é um termo que promove a união de discentes e docentes nas situações cognoscitivas, sem sobrepor um em detrimento do outro. Para o educador docentes e discentes são igualmente importantes no processo de ensinar e aprender, o que torna todos participantes da situação cognoscitiva educadores e educandos. Assim, as experiências educativas se constituem como uma via de mão dupla em que docentes e discentes afetam e também são afetados.

Enquanto forma de leitura e descrição da experiência, propomos que a dodiscência vá além do aspecto cognoscitivo e didático, mergulhando na situação que se constitui entre discentes e docentes. Com isso, buscamos não centralizar as experiências nos docentes ou nos discentes, mas fazer com que a descrição parta da situação de cada um desses polos da relação educativa, para então, alcançar a dodiscência como um caminho em que ambas as experiências se cruzam.

Kalegatos •

Qual é o lugar da casa nesse cenário? Ela atravessa e é atravessada pelas descrições da dodiscência. Sobretudo, é por meio de experiências da casa que essa dodiscência foi vivida em pandemia, quer seja por experiências de acolhimento ou de expulsão, de abrigo ou de estranhamento. A casa, então, transpassa todo o texto à medida que é ela o lugar que alberga os quartos e as salas de aula. As experiências do quarto e das salas de aula albergadas pelos quartos são, sobretudo, experiências da casa.

As seções do texto são compostas por descrições das experiências e diálogos com diferentes textos acerca da problemática. Bicudo (2011) considera que as descrições são essenciais na pesquisa em Fenomenologia, pois essa é a ciência que estuda os fenômenos e os expõe por meio da linguagem, sendo a descrição a forma de escrever e os expor em texto. Peixoto (2014, p. 10) corrobora essa afirmação e acrescenta que, o rigor que compõe a descrição fenomenológica não é a mesma coisa que exatidão e objetividade, mas uma "[...] descrição mais autêntica possível do real, pois seu objeto de investigação é o mundo humano, mundo inconcluso e complexo". Esse rigor, como Bicudo (2000) já havia indicado, se cumpre na descrição atenta ao que foi visto e sentido, na experiência como foi vivida pelo sujeito. Assim, a descrição fenomenológica não garante uma resposta absoluta, mas descreve parcialmente como a experiência se deu em determinada situação, de forma situada e factual.

Na seara da Geografia, Dardel também provocou o rigor da ciência: "O rigor da ciência não perde nada ao confiar sua mensagem a um observador que sabe admirar, selecionar a imagem justa, luminosa, cambiante. Ele somente dá ao termo concreto seu amparo e sua medida" (DARDEL, 2011, p. 3). Para o autor, não se trata apenas de observar o mundo diante do pesquisador, é preciso que a descrição busque a intensidade em meio ao descrito, a expressividade nas palavras do observador: "A escrita, tornando-se mais literária, perde clareza, mas ganha em intensidade expressiva, devido ao estremecimento da existência que é dada pela dimensão temporal restaurada" (DARDEL, 2011, p. 4).

As descrições que realizamos no decorrer do texto foram compostas pela descrição do experienciado que conversa com textos bibliográficos, expressões comuns e ditados populares e texto imagético.

Na primeira seção do artigo, apresentamos como o isolamento social e a quarentena ocorreram de repente, surpreendendo docentes e discentes. Na segunda seção, trouxemos as descrições da pandemia a partir da docência, pondo em relevo os seus desafios e o modo como os espaços domésticos e escolares se entrecruzaram devido à entrada das salas de aula em nossas casas. Na terceira seção, organizamos as descrições das experiências discentes, refletindo sobre como casa e escola se atravessaram, ou sequer se cruzaram devido às precariedades na pandemia. Por fim, buscamos retomar o sentido de casa a partir dos tensionamentos surgidos nas descrições da dodiscência em pandemia.



DE REPENTE, ISOLADOS EM CASA!

A situação que alberga as descrições que realizamos da dodiscência na pandemia de COVID-19 deslocou inesperadamente a escola de seu lugar. O que há séculos conhecíamos como salas de aula, espaços abertos ou fechados onde docentes e discentes se propõem a ensinar e aprender, teve seus sentidos modificados.

A modificação dos sentidos atribuídos à escola se deu aos poucos, por mais que a pandemia tenha chegado de rompante. Nesse processo, é importante trazermos à tona algumas determinações legais, porque os decretos determinaram o isolamento dos brasileiros, o que culminou no fechamento dos espaços físicos das escolas e liberou as instituições para que abrissem salas de aula *online*, mediadas por diferentes plataformas, como exemplo: *Zoom, Google Meet, Google Classroom, Youtube, Teems, Google Drive*, entre outros.

No Brasil, o início desse processo se deu em 03 de fevereiro de 2020, quando a pandemia de COVID-19 foi reconhecida como Emergência em Saúde Pública e Importância Nacional (ESPIN), sendo resultado do coronavírus responsável pelo surto de 2019 (BRASIL, 2020a). Diante da disseminação mundial do vírus, a Organização Mundial da Saúde (OMS) aprovou a Lei Federal nº 13.979 em 06 de fevereiro de 2020 (BRASIL, 2020b), que determinou o isolamento social e a quarentena como forma de mitigar a contaminação rápida e letal do novo coronavírus, naquele momento sem tratamento.

No início de 2020 as autoridades competentes acreditavam que a pandemia de COVID-19 não fosse se prolongar por muito tempo, algo similar à epidemia de H1N1 (causada pelo vírus Influenza A) que o país enfrentou em 2009.

Com o avanço global do contágio e o aumento severo e rápido de casos e mortes no Brasil, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) aprovou a Portaria n°343, em 17 de março de 2020, que permitiu "[...] a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19." (BRASIL, 2020c, s.p.). Ainda descrentes da continuidade da pandemia, as autoridades acreditavam que a quarentena fosse durar cerca de um mês, podendo ser prorrogada pelo mesmo período.

O arrastamento da pandemia exigiu novas medidas, sendo a Portaria 544, de 16 de junho de 2020, uma dessas estratégias. Ela revogou a Portaria n° 343 e o Parecer CNE n° 5/2020 (BRASIL, 2020d, p. 24), que autorizou a reorganização do calendário escolar, buscando adequar a organização escolar às condições impostas pela pandemia.



Nesse cenário de reconfiguração de risco constante às vidas humanas, práticas preventivas foram promulgadas pelas autoridades competentes, dentre elas o isolamento social, em que os sujeitos expostos ao vírus ou com sintomas da doença foram isolados do convívio coletivo. A quarentena, que se trata da separação e observação dos sujeitos expostos aleatoriamente ao contágio. E, o *lockdown* (bloqueio total), representado por uma quarentena coletiva, de pessoas infectadas e não infectadas, visando a diminuição do contágio e, consequentemente, de possíveis mutações no vírus (BATISTA, 2020).

Ainda que o isolamento social, a quarentena e o *lockdown* tenham sido medidas verticais e radicais, elas foram de suma importância para que a pandemia não causasse mais mortes no Brasil e no mundo. Então, apesar dessas medidas terem reconfigurado a realidade de discentes e docentes, elas foram precisas. Como colocaram Batista (2020), Batista e Tajra (2020), o desafio que a pandemia impôs à saúde foi coletivo, o que revelou o caráter comunitário da saúde. A saúde, ainda que pensada sob a ótica da individualidade reverbera no mundo compartilhado e na vida pública, na comunidade.

Diante disso, os problemas nos quais esbarramos ao descrevermos a dodiscência durante a pandemia não podem ser vistos como resultados dessas práticas de cuidado, como se a preservação da saúde coletiva causasse danos negativos aos sujeitos. É preciso que isso seja frisado e bem apontado já no início deste artigo, pois essa foi a justificativa utilizada por representantes políticos e eleitores brasileiros retrógrados, negacionistas e conservadores para reivindicarem o fim dessas práticas de cuidado.

No que se refere aos discentes e docentes, alguns argumentos eram centrais nos discursos desses sujeitos. Primeiro, alegava-se que os alunos da Educação infantil sofreram anos de atraso, pois perderam as primeiras experiências de inserção na escola e no convívio com outros grupos sociais além da família. Logo, divulgava-se que os alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental se alfabetizaram mal nos primeiros meses da pandemia, pois as práticas alfabetizadoras não foram eficazes devido às limitações dos professores, falta de acesso à Internet e à tecnologia. O mesmo era dito sobre os alunos do dos anos finais do Ensino Fundamental, mas alegava-se que os índices de depressão e sofrimentos psíquicos estavam aumentando entre esses grupos devido ao distanciamento da escola. Além desses pontos, os discursos contra as práticas de cuidado alegavam que os estudantes do Ensino Médio não conseguiriam realizar o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), pois estavam perdendo aulas e construindo conhecimentos de forma frágil.

Embora alguns desses argumentos sejam verídicos, como o sofrimento dos estudantes e o atraso na escolarização, as práticas de cuidado não podem ser culpadas por isso, eles são uma



consequência de situações estruturais que antecedem à pandemia. Sobre a intensificação e visibilização das desigualdades Santos (2020, p. 22) argumentou:

Por um lado, ao contrário do que é veiculado pelas mídias e pelas organizações internacionais, a quarentena não só torna mais visíveis, como reforça a injustiça, a discriminação, a exclusão social e o sofrimento imerecido que elas provocam. Acontece que tais assimetrias se tornam mais invisíveis em face do pânico que se apodera dos que não estão habituados a ele.

No que se refere aos estudos sobre precariedade, Butler (2018; 2019) vai além da análise conjuntural feita por Santos (2020). Butler (2019) considerou que todos os animais humanos são vulneráveis, mas são mais ou menos vulnerabilizados pela distribuição desigual das precariedades, o que torna algumas vidas mais precárias do que outras. A autora considerou que algumas vidas são mais cuidadas do que outras porque são dignas de luto, de serem veladas e choradas. Essas seriam menos precarizadas, porque as relações de poder majoritárias as enquadram como vidas humanas, que realmente importam, enquanto outras vidas, também humanas, são enquadradas como inumanas, indignas de terem sua morte velada (BUTLER, 2018).

Durante a pandemia muitas vidas foram perdidas, mas muitas delas sequer foram veladas dignamente. O luto foi atrapalhado pela proibição de aglomerações, como geralmente ocorre nos velórios, mas também pelo descaso do governo bolsonarista para com todas as mortes. É impossível esquecer a máxima de Bolsonaro: "E daí, não sou coveiro!". O descaso com essas mortes era o desleixo com essas vidas, que para ele e seus simpatizantes pouco importavam. Retomando Butler, perguntamos: se esses lutos não eram válidos, por quais motivos essas vidas seriam? Repetindo esse mantra macabro o governo bolsonarista e seus ministros pouco se importaram com as vidas, aumentando as precariedades já existentes no Brasil. O atraso e os escândalos de corrupção que envolveram o processo de produção e distribuição da vacina nos lembrará para sempre das vidas que não foram consideradas e das vidas que a falta de consideração matou.

Com relação à experiência da dodiscência em pandemia há alguns pontos que devemos tocar no que diz respeito a esses discursos. Além da atmosfera de insegurança política e sanitária potencializada por falas como as já citadas, o fim das práticas de cuidado coletivo simbolizava a volta aos espaços físicos da escola, mesmo que ainda não houvesse ampla vacinação da população e o contágio do vírus fosse intenso. Enquanto inúmeros políticos debatiam a dualidade de restringir a mobilidade dos brasileiros ou liberá-la, a condição precária em que a Educação escolar estava sendo exercida pouco foi discutida. Com isso, falava-se sobre atrasos nos conteúdos disciplinares, mas não se dava atenção às condições precárias nas quais o trabalho docente estava sendo realizado ou a falta de



outros recursos que impediam os alunos de estudar, como a ausência de comida e casa segura. É o aprofundamento dessas experiências que buscamos com as descrições da dodiscência em pandemia.

QUARTOS OU SALAS DE AULA: DESCRIÇÕES DA DOCÊNCIA

Quartos ou salas de aula? A quais lugares essas palavras nos remetem? Ao dizermos quartos estamos nos referindo somente ao lugar de dormir? Sobre as salas de aula, elas só existem dentro das escolas? Como esses lugares existem para além deles mesmos? Essas questões se apresentam como um problema de sentido, como se um lugar pudesse existir independentemente do nome que atribuímos a ele. Nesse frenesi, lançamos mais uma pergunta: quais sentidos já estão antepostos nas palavras quarto e sala de aula?

Com Freire (2013) compreendemos que no decorrer da vida atribuímos diferentes sentidos às palavras, tornando-as grávidas de mundo e de historicidade. A relação entre humano, palavra e sentido proposta por Freire desestabiliza a pureza das palavras, como se a mesma palavra pudesse fazer referência a coisas diferentes; como se as mesmas coisas fizessem referência a palavras distintas. Essa falta de pureza não nos confunde, mas nos abre uma possibilidade, a descrição desses lugares como caminho para se escavar os sentidos de quarto e salas de aula.

De antemão, podemos dizer que quarto e sala de aula sempre foram termos dissociados. Ao dizermos "sempre foram" queremos frisar que, desde há muito tempo a história dessas palavras as separa, pelo menos no que tange aos sentidos que elas carregam nos cotidianos escolares.

Nas lembranças que trazemos das escolas, quantos de nós ouvimos frases como: "sente-se direito, você não está em casa!" e "a escola é sua segunda casa, mas aqui não se faz tudo que se faz lá"? Em casa, quando criança, não é raro ouvirmos de nossos pais e responsáveis: "fale direito comigo, não está falando com seus colegas de escola". Muito pode ser escavado dessas frases e dos sentidos que delas vigoram, porém, nesse momento, alertamos para o fato de como esses ditos comuns para discentes e docentes demonstram a intencionalidade de dissociar casa e escola.

Poderíamos considerar que a casa e a escola, durante a pandemia, mantiveram, de certo modo, as suas características próprias. Apesar de tudo, os quartos ainda eram os lares onde desligamos e nos aconchegamos. Enquanto lares eles têm um sentido e espírito de lugar (RELPH, 2007) que os constituem de forma única, própria:

Lugares autênticos são aqueles que, simultaneamente, revelam e respondem às qualidades do espírito do lugar e refletem as realidades existenciais do ser. O sentido mais convencional é que o autêntico é algo original, não uma falsificação ou cópia. Assim, lugares inautênticos são



aqueles que não têm nenhuma relação com o contexto ou indicam certa pretensão de que eles estão em outro lugar. (RELPH, 2007, n.p, tradução livre)

As noções de autenticidade e inautenticidade do lugar em Relph têm fortes ligações com o pensamento de Heidegger, como Marandola Jr. (2016) demonstrou. Isso possibilita não só a compreensão da relação entre lugar e identidade, mas também a relação direta entre lugar e existência à medida que somos nos lugares e somos os lugares. Somos o nosso lar ao mesmo tempo em que ele é por nós. Nesse sentido, os lugares constituem a realidade circunstancial de nossa existência (HEIDEGGER, 2012).

Quando a escola invadiu as casas de docentes e discentes, de algum modo isso trouxe algo de inautêntico para o lugar que a casa é, certa vez que independentemente da casa, todas elas deveriam dar lugar para as salas de aula. Fato esse que transformou os sentidos e o espírito de lugar com a mediação eletrônica dessa relação topológica:

Quando os meios eletrônicos transmitem certa informação é como os nossos sentidos fossem estendidos por todo o mundo em poucos segundos havendo o colapso do tempo e espaço, criando uma aldeia global em que tudo, independentemente de quão remota e exótica possam ter sido, parece agora de alguma forma familiar e imediata. [...] A era da eletrônica apresenta um paradoxo profundo para o projeto local — as comunicações eletrônicas e modernas ao melhorar a apreciação do caráter distintivo dos lugares mina seus fatores que sempre foram fundamentais para sua distinção. (RELPH, n.p., 2007, tradução livre)

A transformação dos sentidos e espírito de lugar devido às relações virtuais pode ter remetido a casa uma certa inautenticidade, que configura um sentido de *placelessness*² para Reph. Porém, isso não implica que ela deixou de ser um dos lugares mais importantes para nossa existência, e sim que há uma série de relações e significações que lhe são novas, não só porque foram necessárias, mas porque as permitimos.

Caso tratemos o lugar como uma totalidade coerente de significações e sentidos, isso implicaria uma concepção hermética de lugar. Contudo, pensamos que durante a pandemia os sentidos dos lugares se mesclaram. Em algumas casas os espaços escolares emergiram nos quartos, em outras, nos escritórios. Houve salas de estar que deram lugar às salas de aula. Porém, também houve aquelas

² O termo em inglês *placelessness* é habitualmente traduzido para o português como não-lugar, remetendo a uma concepção desenvolvida por Augé (1994). O que implicou numa certa confusão conceitual, pois ele não se trata de uma negação do lugar ou ausência do sentido de identidade, apego e acolhimento que caracterizam os lugares. A concepção de Relph, a qual nos remetemos, aborda uma perda do sentido e do espírito de lugar, tanto que ela foi traduzida por deslugar e lugar-semlugaridade. Para nós, esta última é aquela que mais se aproxima em língua portuguesa da sua concepção na língua inglesa e que reforça o seu sentido no decorrer do texto. De toda maneira, para evitar equívocos, mantemos o conceito em sua língua original.



casas que, por inúmeras vulnerabilidades, albergaram todos os tipos de espaços (espaços de sofrimento, espaços de violência, espaços de pobreza), menos os espaços escolares.

Cada casa, imersa em sua facticidade ressignificada cotidianamente, passou pela pandemia de forma particular, de fato. Contudo, muitas delas viram as fronteiras rígidas das portas e janelas tornarem-se porosas, permitindo a entrada das escolaridades nas domesticidades. Ainda que essa mescla tenha sido precária e vulnerável, houve a sua mistura num mesmo lugar.

Gostaríamos de dizer sobre um manual fácil de criação de lugares, uma receita facilitadora para se transformar um lugar em outro, mas não foi assim que a reunião de quartos e salas de aula aconteceu. De modo contrário, não houve planejamento desta reunião, até porque, ela resulta de uma pandemia imprevisível, de uma tragédia. O que imperou na reunião de quartos e salas de aula foi a precariedade da emergência, que se tornou urgente mesmo em meio à vulnerabilidade que assolou o Brasil na pandemia. Encalacrados nessa situação, alunos e professores viram-se como *Macgyvers* (LUIGI; MOTA; FRIGÉRIO, 2020), improvisadores de gambiarras pedagógicas, certas vezes bem-sucedidas, outras nem tanto.

Não há nada contra as improvisações, aliás, as práticas criadas pelos professores têm lhes salvado da dominação dos currículos (OLIVEIRA, 2012). Elas são como as táticas dos fracos perante as estratégias dos fortes, como escreveu Certeau sobre as relações de subserviência e subversão. Entretanto, precisamos considerar a precariedade da situação laboral na qual os professores *Macgyvers* improvisaram salas de aula dentro de casa.

O que seriam as gambiarras? Numa escavação de sentidos, recorremos ao dicionário Houaiss (online) para buscarmos diferentes sentidos atribuídos a essa palavra no decorrer da história. Etimologicamente, gambiarra deriva de algo duvidoso, obscuro, aquilo sobre o qual não se tem certeza da origem. Em termos de substantivo, pode significar extensão elétrica puxada de forma fraudulenta; coisa malfeita, sem capricho; recurso popular, criativo, para resolver algum problema; jeitinho brasileiro.

Todos esses sentidos podem permear as gambiarras dos professores? Sim, mas aquilo que denominamos de gambiarra, em seu sentido *lato*, não deixa de ser uma adaptação à situação. A situação nos permite considerar o humano posicionado e assentado no mundo pela sua própria perspectiva de ser.

A situação é sujeito inteiro (ele não é nada mais do que sua situação) e é também a "coisa" inteira (não há nada jamais do que coisa). Se quisermos, é o sujeito iluminando as coisas pelo seu próprio transcender ou as coisas remetendo suas imagens ao sujeito. [...] daí resulta que o ser-em-situação define a realidade humana, dando conta tanto do seu ser-aí como de seu ser-para-além. A realidade humana é, com efeito, o ser que é sempre para-além de seu ser-aí. E a



situação é totalidade organizada do ser-aí interpretada e vivida no e pelo ser-para-além (SARTRE, 1997, p. 672-673).

A situação, sob uma perspectiva fenomenológica, é a condição de estarmos e sermos aqui e agora, no mundo, atrelados à temporalidade, geograficidade e historicidade. Em situação, não somos uma inércia, e sim existimos em prol de um objetivo, ser-para-além diria Sartre, ser-mais diria Freire. Por isso, compreendemos as gambiarras pedagógicas como o estabelecimento e o cumprimento da vocação ontológica de ser-mais, de ir além das situações-limite, e não como algo duvidoso e obscuro.

Levando isso em conta, não podemos dizer que as adaptações docentes foram malfeitas e/ou criadas sem capricho, até porque, como já foi dito, as aulas *online* surgiram como urgência numa situação de emergência global. Houve a intersecção de emergências, uma tão grave quanto a outra.

É necessário problematizar a questão do capricho. Quanto capricho se pode ter quando vivemos a intersecção de várias precariedades? Considerando as condições de vulnerabilidade e precariedade que assolaram os docentes durante a pandemia, pensamos na via contrária a dos julgamentos. Optamos por pensar como os docentes criaram por meio da apropriação das coisas que tinham à mão, ainda que de forma precária. Eles "deram um jeito", mesmo que de forma quebradiça, pensando na resolução dos problemas que surgiram com o Ensino remoto.

No decorrer da pandemia, aos poucos os quartos foram se tornando salas de aula. Para evitar ruídos nas aulas *online*, o ideal era um cômodo silencioso, quieto, sem mais vozes além das vozes dos alunos. Os professores que tinham uma saleta que fosse fizeram-na sala de aula. Enquanto os não tão bem afortunados, lançaram mão dos espaços que tinham. Fundos de quintal, cantos de muro e sacadas ganharam outros usos. Com muito ou pouco espaço as salas de aula precisavam de lugares para surgir, mesmo que para isso tivéssemos que apertar os espaços da casa para criarmos os espaços escolares.

De paredes brancas a muros chapiscados, com tinta ou textura de tijolo, todas elas paredes, plataformas passíveis de serem digitalmente pintadas e decoradas com os panos de fundo disponibilizados pelos aplicativos de vídeo-chamadas. Isso foi um alívio para os docentes, pois significava menos trabalho decorativo. Para isso, era preciso computadores minimamente potentes. Aqueles que não tinham tais recursos apelavam para o bom e velho tecido TNT, forjando fundos coloridos atrás das mesas de estudo.

Para além da função lúdica, comumente atribuída à decoração das salas de aula, ainda que sem objetivo didático, os fundos de tela representavam não só a precariedade do trabalho docente em pandemia, mas também a possibilidade de menos desgaste na organização das aulas *online*. Acreditamos que os fundos de tela não só estavam atrás das mesas de estudo, como cortinas que cobriam nossas casas, mas também como tecido que velava o tempo gasto na preparação da casa para albergar os



espaços escolares. Eis então uma potente questão: qual o fundo dos planos de fundo? Seja de tecido TNT ou de imagens digitais, as paredes que os planos de fundo taparam nas aulas *online* nos contam muito não só das aulas trabalhadas, mas da casa preparada para receber a escola.

Aliás, cabe aqui uma outra reflexão: as casas albergaram os espaços escolares ou os espaços escolares albergaram as casas? É fato que os discentes não pediram licença para entrar em nossas casas. A situação emergencial impôs sua presença. Visitas indesejadas? Nem tanto. Mas inesperadas. Se a campainha não tocou, como se deu essa inconveniência? Aos poucos.

Primeiro foram as videoaulas, que invadiram os espaços da casa e o tempo doméstico. Tomaram o tempo da casa com a escrita de roteiros de vídeo, horas de ensaio, tardes de gravação e erros de atores amadores sem experiência com câmeras digitais. Quantos vídeos foram regravados? Quantas horas de preparo cabem em um vídeo de um minuto? Muitas tardes e manhãs, acreditamos.

Foi preciso não só tempo de ensaio, mas adequar lugares para isso. Certas luzes não favoreciam o cenário que demandou tempo de criação. Outras, iluminavam os olhos de mais, tirando a "humanidade" dos vídeos. Sempre há luzes que nos agradam mais e aquelas que nos embelezam menos. Mas, nem tudo são luzes, também é sobre tomadas e sons. Gravar vídeos faz os *smartphones* descarregarem relativamente rápido, o que aprisionava os docentes nos espaços com tomadas.

Infelizmente, esse tormento não acabava com o apertar do botão *stop* ao final das gravações. Além de gravar, era preciso editar os vídeos, corrigir luz, ruídos e comprimir o tamanho dos arquivos, para então, compartilhá-los nas plataformas digitais utilizadas pela escola: *Whatsapp*, *Google Classroom* ou aplicativos particulares. Assim, concretizava-se a publicização das casas dos docentes nos *stories* pedagógicos gravados pelos *smartphones*, nas videoaulas transmitidas e baixadas pelos *notebooks* e computadores de cada discente.

Com a postagem das videoaulas caíamos na contraindicação contra a qual sempre alertamos às crianças: não abrir a porta da casa para estranhos. Muito se resume a isso, abrir nossas casas para estranhos. Talvez por isso tantos efeitos visuais e filtros em nossas videochamadas, porque casa nenhuma estava preparada para receber visitas na pandemia, inclusive as digitais. Pode ser que esse também seja o motivo que está no fundo dos planos de fundo. Para proteger a nossa casa foi preciso um tecido barato e fácil de arrumar, assim como o TNT, impedindo os desconhecidos de ver as texturas, pisos, fraturas e imperfeições das nossas casas. Algo compreensível, porque de estranho (unheimlich) (HEIDEGGER, 2012) a pandemia já era o bastante.



NEM SEMPRE SALA DE AULA, ÀS VEZES APENAS CASA: DESCRIÇÕES DA DISCÊNCIA

Quem estava do outro lado da tela dos docentes? De onde assistiam às aulas? Das salas de estar, dos quartos, dos corredores, dos quintais ou de um único cômodo que abriga todos os espaços da casa? Como os discentes experienciaram a dodiscência em pandemia? De modo similar aos docentes, suas experiências com as aulas *online* também se deram por gambiarras. Porém, há diferenciações que precisam ser descritas.

Quer seja os discentes com recursos financeiros ou aqueles com acesso a quase nada, todos foram vulnerabilizados pela atmosfera da pandemia. Ainda que todos os humanos sejam vulneráveis, a precariedade se enquadra de forma específica em cada vida, como Butler (2018; 2019) apontou. A vulnerabilidade primária, aquela que é comum a todos humanos, para Butler (2018), é a possibilidade ética do reconhecimento da condição de vulnerabilidade, derivando do reconhecimento dessa condição o cuidado com a alteridade e a atenção para as precariedades distribuídas de forma desigual. Assim, apesar de todos os discentes terem experienciado a dodiscêcia em pandemia, há diferenças discrepantes nas histórias que cada discente carrega desse período.

Nas duas situações citadas anteriormente, os discentes atravessaram o mesmo desafio dos docentes: colocar um lugar dentro de outro, as escolas dentro de casa. Como se deu esse encaixe? Obviamente, os discentes experienciaram as salas de aula *online* sem a pressão laboral que os docentes viveram. Não cabia a eles preparar videoaulas, editá-las e postá-las nas plataformas de compartilhamento.

Era esperado dos discentes que assistissem às videoaulas, respondessem aos *Google forms* de diferentes disciplinas, cumprissem com todos os *quizes* e, obviamente, nos cumprimentassem cordialmente ao entrarem nas videochamadas e nos respondessem todas as vezes que fossem solicitados. Todavia, como dissemos no início deste parágrafo, isso é o que era esperado dos discentes, mas não o que encontramos na maioria das salas de aula *online*. Em muitos casos as videoaulas que rendiam tanto trabalho aos docentes sequer eram assistidas. Nem sempre pelo mesmo motivo, de fato.

Há várias situações que podem ser descritas aqui para justificar a ausência dos discentes nas aulas *online* ou a pouca assiduidade na entrega de atividades avaliativas. Tomemos como ponto de partida a situação que talvez seja a mais precária e absurda: a falta de comida. Como a falta de comida se relaciona com a ausência dos discentes nas aulas *online*? Podemos responder essa pergunta com uma outra: quem tem tempo de se preocupar com aulas *online* e atividades escolares quando o pouco tempo



que há está sendo ocupado com a luta por comida? Além disso, como os brasileiros que não tinham dinheiro nem mesmo para comprar comida contratariam serviço de *Internet*?

Durante a pandemia imagens de brasileiros aglomerados em filas de açougues para comprar restos de pele, ossos e sebo bovino e suíno se popularizaram pelas redes sociais digitais e diversos canais de comunicação. Isso mesmo, restos de animais que antes eram jogados fora foram embalados, etiquetados e vendidos:

Uma crise alimentar se instaurou na pandemia. Uma crise sobrepôs a outra. Os grupos já precarizados tornaram-se ainda mais prejudicados.

Essa situação nos faz retomar Butler e os sentidos de vulnerabilidade e precariedade: "A condição de vulnerabilidade primária, de ser entregue ao toque do outro, mesmo que não haja um outro ali e nenhum suporte para nossas vidas, significa um desamparo e uma necessidade primários, sobre os quais qualquer sociedade deve tomar providências" (BUTLER, 2019, p. 52).



Figura 1 – Na fila do Osso Fonte: CABRAL, Lula, 2021.

A autora nos permite compreender que toda essa condição de desamparo não é algo predestinado, mas historicamente produzido. A falta de comida e a precariedade de condições básicas de sobrevivência só existem porque alguns grupos estão desamparados, situação configurada quando a sociedade e o Estado ignoram a impossibilidade de certos grupos satisfazerem necessidades primárias (BUTLER, 2019), como se alimentar, morar e dormir. Assim, se pensarmos a experiência da dodiscência com base na situação pandêmica de muitos discentes brasileiros, encontramos uma experiência complexa que deve ser pensada para além da situação cognoscitiva de ser e estar em sala de aula.



Qual discente teria tempo para assistir videoaulas enquanto tinha que correr com seus familiares contra o cronômetro da fome? A sirene dos estômagos não seguia o mesmo cronograma das sirenes escolares. O tempo de hora/aula continuou se regulando pelos tradicionais cinquenta minutos, enquanto os estômagos discentes tiveram que aceitar atrasos e adiamento de refeições. Em alguns casos a falta delas, o absenteísmo da comida. Quem gastaria tempo para responder aos *quizzes* quando, na verdade, a atividade mais importante para muitos discentes era correr atrás de comida, mesmo que para isso tivessem que apelar para a mendicância? Quantos discentes não foram obrigados a ignorar o isolamento social e a quarentena para se aglomerarem em filas de doação?

Na precariedade intensa, não havia acesso às salas de aula *online*, por mais que houvesse espaços para receber a escola em casa. Aos que nada tinham restaram os velhos e desprezados papéis, apostilas impressas e livros didáticos distribuídos pelas escolas. As vozes dos docentes e os ruídos das chamadas de vídeo foram substituídas pelas palavras escritas nos materiais didáticos e pelas leituras individuais dos discentes.

Aos nem tão miseráveis assim, nem tudo estava garantido, porque ter acesso à comida não é sinônimo de acesso à Internet. O acesso livre à Internet de qualidade foi um dos grandes empecilhos dos discentes brasileiros durante a pandemia. Aliás, ainda reside em nosso país uma desigualdade tecnológica tremenda, o que afeta não só a distribuição dos sinais de Internet, mas também de eletrônicos que permitem o acesso às plataformas utilizadas durante a pandemia.

Nesse cenário de precariedade de acesso, os discentes também se valeram das gambiarras. Para assistirem às longas e cansativas aulas *online*, alguns mantinham os *smartphones* ligados ao carregador, para evitar que descarregassem durante as aulas. Nesses casos, o eletrônico permanecia conectado ao carregador até que esquentasse, indicando sinal de sobrecarga, que geralmente era resolvido com o abandono da aula ou com a retirada do *smartphone* da tomada.

A precariedade de acesso à rede *wi-fi* também levava alguns alunos a optarem por assistir determinadas aulas e ignorar outras, certa vez que os dados móveis são consumidos rapidamente durante as videochamadas. Isso resultou não só no aumento da evasão escolar, mas no abandono total da educação escolar.

A velocidade e a qualidade da Internet estão totalmente relacionadas com a experiência discente das aulas *online*. Sinais de Internet mais potentes permitem sons mais limpos e menos ruídos durante as videochamadas. Sinais *wi-fi* rápidos previnem os alunos de *lags*, atrasos que podem ocorrer na comunicação entre diferentes internautas.

Contudo, mesmo aqueles discentes com as mediações mais potentes não recebiam muito bem as escolas em suas casas. O silêncio e a falta de comunicação eram comuns nas salas de aula *online*.



Ouvia-se muito a voz dos docentes, escutava-se pouco o som dos discentes. Discentes eram reduzidos a pequenos quadrados escuros, como fotos 3x4, mas sem imagens, apenas um sinal de câmera e microfone desligados ou supostamente danificados.

Nessas condições, optar por não abrir as portas de casa para a escola era uma opção de escapar das inúmeras obrigações escolares atribuídas aos discentes, enquanto eles tinham que se proteger contra o vírus e suas complicações. As escolas tentavam caminhar normalmente, como se nada estivesse acontecendo, enquanto muitos discentes não tinham carência de conteúdos disciplinares, mas de coisas interdisciplinares, como falar sobre o medo da doença e as inseguranças da pandemia. Houve, de fato, um conflito de interesses entre escolas, docentes e discentes. Nessa relação tripartite falava-se línguas diferentes, um desarranjo semelhante à Torre de Babel.

Mesmo aqueles alunos que tinham espaço suficiente para receber a escola dentro de casa, aparelhos eletrônicos de última geração e sinais *wi-fi* dos mais rápidos, também pareciam viver na Torre de Babel. Isso é, queriam falar sobre seus novos cotidianos e não conteúdos disciplinares. Enquanto o mais importante era preservar a vida e encontrar vontade de viver apesar de todo o caos da pandemia, infelizmente as frases que mais ouvíamos, como docentes e discentes, eram "liguem a câmera, por favor!" e "vamos desligar os microfones?".

A PANDEMIA DAS CASAS PRECÁRIAS

À moda de gambiarras e precariedades, as salas de aula ganharam lugar nas casas de docentes e discentes, mas de nem todos. Os mais precarizados se viram distantes da escola, pois tinham necessidades mais urgentes. Assim, as descrições nos fazem pensar que, na experiência da dodiscência em pandemia, as casas de docentes e discentes foram invadidas pelo sentido da precariedade.

Por meio da vulnerabilidade dos docentes, a precariedade se manifestou como condição e organização precária do trabalho pedagógico em *homeoffice*. À moda de gambiarra e muita pressa, os docentes tiveram que improvisar lugares passíveis de serem transmitidos digitalmente como salas de aula, ainda que sua serventia primeira fosse outra, como a de quarto, por exemplo.

A outra face da dodiscência, os discentes, foi atravessada não só pelo acesso precário à escolarização, mas também pela falta total dele, sem contar com todas as outras ausências que os discentes sofreram na pandemia.

Cabe lembrar que toda e qualquer experiência descrita neste período emergiu em alguma casa. Aliás, o lema estratégico para conter a mitigação do vírus foi "fique em casa!". A casa emergiu como lugar que albergou as salas de aula, mesmo que os sentidos de casa e escola sejam conflituosos em



diversos aspectos. Cada imagem transmitida pelas *webcams* enquadrou e digitalizou uma casa. Então, as videochamadas eram junções de muitas casas, cada uma com seus sons e cenários específicos.

Compreendemos que mesmo as experiências descritas como afastadas da casa, na verdade, estão intensamente relacionadas com ela. Foi pedido a todos que ficássemos em casa para nos resguardarmos e nos isolarmos. Contudo, alguns precisaram sair. Saíram de casa aqueles que tiveram que tentar suprir em outros lugares as necessidades que suas casas não supriram. Diante da falta de comida em casa, as pessoas buscaram alimento nas ruas, aglomerando-se forçosamente em filas de doação e caridade.

Não muito diferente, os trabalhadores precários não puderam ficar em casa, pois caso não fossem trabalhar sua casa desmoronaria sob suas famílias. Nesses casos, a sustentabilidade da casa para os filhos era mantida com os pais pondo-se em risco, saindo do hipotético lugar seguro para buscar na rua recursos que pudessem manter esse lugar fora de perigo. Como pode sentidos tão diferentes serem atribuídos ao mesmo lugar?

As experiências pandêmicas daqueles tidos como pessoas em situação de rua, das vítimas de inúmeras formas de desalojamento e dos expulsos de casa, também são experiências intimamente ligadas com a casa. Primeiro, o fato de uma pessoa não ter casa já está relacionado com a casa. Só é possível que haja pessoas sem teto ou em situação de rua, porque as políticas públicas não lhe garantem acesso à moradia. Nesses casos, nitidamente há uma falha pública, o que se estende às pessoas em situação de moradia precária, que também revela uma falha no direito de morar com qualidade. Segundo, essas experiências ligam-se à casa pelo fato de que pessoas podem se sentir em casa em outros lugares que não sejam uma residência, e podem morar em vários lugares que não sejam uma casa, como é o caso de pessoas em situação de rua e outros tipos de desalojados. Contudo, isso não pode ser romantizado, principalmente porque revela formas precárias de habitar.

Durante a pandemia de COVID-19 a dodiscência viu outras pandemias surgirem, como: metodologias ativas, reuniões pedagógicas, *lives*, cursos à distância, atividades de retomada de conteúdos e recuperação de notas. Porém, nenhuma das pandemias pedagógicas é mais forte do que a pandemia das casas precárias. Até porque, atualmente há vacinação para o corona vírus, mas não para a precariedade das casas. Esse é um problema que carece de discussões e políticas públicas multidisciplinares. É preciso discutir a questão da casa de forma ampla e responsável, com a complexidade que a questão exige.

Dentre nossas conclusões, a mais angustiante é a desestabilização do abrigo, da casa acolhedora e o fortalecimento de um sentido de casa como desproteção, um lugar precário de todas as



possibilidades, mesmo das mais simples como dormir, comer e tomar banho. Com essa reflexão, encerramos o escrito com uma pergunta: o que se tornou a casa após a pandemia?

REFERÊNCIAS

AUGÉ, Marc. Não-lugares: introdução a uma antropologia da superrmodernidade. Campinas: Papirus, 1994.

BICUDO, M. A. V. Fenomenologia: confrontos e avanços. São Paulo: Cortez, 2000. 167 p.

BICUDO, M. A. V. Aspectos da pesquisa qualitativa efetuada em uma abordagem fenomenológica. In: Maria Aparecida Viggiani Bicudo. (Org.). *Pesquisa qualitativa segundo uma visão fenomenológica*. São Paulo: Cortez, 2011. p. 29-40.

BATISTA, G. S.; TAJRA, F. S. Isolamento solidário em tempos de pandemia: diálogos entre a saúde e a hermenêutica filosófica. *Voluntas:* Estudos sobre Schopenhauer, v. 11, p. e15, 2020.

BATISTA, G. S. Entre o distanciamento físico e o *lockdown*: a solidariedade como práxis em tempos de pandemia. O que nos faz pensar, v. 29, p. 152-162, 2020.

BUTLER, J. Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia. Rio de Janeiro: José Olympio, 2018.

BUTLER, J. Vida precária: os poderes do luto e da violência. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

BRASIL. *Lei nº 11.738*, de 16 de julho de 2008.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei 13.005/14. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Congresso Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 25 jun. 2014.

BRASIL. *Portaria nº 188*, de 3 de fevereiro de 2020a. Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV). Diário Oficial da União: Seção: 1 - Extra | p. 1, 04 fev. 2020a. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/ O impacto da COVID-19 nas ações das secretarias de Educação na região Sudeste do Brasil 57 dou/-/portaria-n-188-de- 3- de-fevereiro-de-2020-241408388#:~:text=Declara%20Emerg%C3%AAncia%20em%20Sa%C3%BAde%20P %-C3%BAblica,Coronav%C3%ADrus%20(2019%2DnCoV).&text=Considerando%20que %20a%20situa%C3%A7%C3%A3o%20demanda, Art. Acesso em: 20 out. 2020a.

BRASIL. *Atos do Poder Legislativo Lei nº 13.979*, de 6 de fevereiro de 2020. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. Diário Oficial da União: Seção: 1 - Extra | p. 1, 07 fev. 2020b. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-13.979-de-6-de-fevereiro-de-2020242078735. Acesso em: 20 out. 2020b.

BRASIL. *Portaria nº 343*, de 17 de março de 2020c. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19.



Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ed. 53, p. 39, 18 mar. 2020. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n- 343-de-17-de-marco-de-2020 248564376. Acesso em: 20 out. 2020c.

BRASIL. Parecer CNE/CP nº 5/2020. Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da pandemia da COVID-19. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/atos-normativos-- sumulaspareceres-e-resolucoes/33371-cne-conselho-nacional-de-educacao/85201- parecercp-2020. Acesso em: 1 jun. 2020d.

DARDEL, E. O homem e a terra: natureza da realidade geográfica. Trad. Werther Holzer. São Paulo: Perspectiva, 2011.

FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia*: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

HEIDEGGER, M. Ser e tempo. Tradução de Fausto Castilho. Campinas: Editora da Unicamp, 2012. 1200p.

LUIGI, R.; MOTA, E. A.; FRIGÉRIO, R. C. Geografia e o Ensino Remoto em Meio à Pandemia: desafios, resoluções e adversidades. In: Tiago Eurico de Lacerda, Anderson Luiz Tedesco. (Org.). *Educação em tempos de COVID-19:* desafios e possibilidades. Curitiba (PR): Bagai, 2020. p. 187-202.

MARANDOLA JR., E. Identidade e autenticidade dos lugares: o pensamento de Heidegger em *Place and placelessness*, de Edward Relph. *Geografia*, Rio de Janeiro, v. 41, p. 5-15, 2016.

OLIVEIRA, I. B. de. O currículo como criação cotidiana. Petrópolis: DP et Alii, 2012.

PEIXOTO, A. J. Caminho Fenomenológico. In: PEIXOTO, Adão J. (Org.). Interações entre Fenomenologia e Educação. Campinas: Alínea, 2014. p. 9-16.

RELPH, E. Spirit of Place and Sense of Place in Virtual Realities. In: *Techné: Research in Philosophy and Technology*. Virginia Tech, Vol. 11, no. 1, 2007. Disponível em: < http://scholar.lib.vt.edu/ejournals/SPT/v10n3/relph.html > Acessado em 20 de abril de 2023.

SANTOS, B. A cruel pedagogia do vírus. São Paulo: Boitempo, 2020.

SARTRE, J. O ser e o nada. Ensaio de Ontologia Fenomenológica. Petrópolis: Vozes, 1997.



AGUIAR, Felipe Costa. MEU QUARTO VIROU UMA SALA DE AULA! CASA, GAMBIARRAS E DODISCÊNCIA NA PANDEMIA DE COVID-19. *Kalagatos*, Fortaleza, vol.20, n.2, 2023, eK23029, p. 01-20.



Recebido: 05/2023 Aprovado: 06/2023

